

MOVIMENTO

DE

EDUCAÇÃO

DE

BASE

DOCUMENTO DOS COORDENADORES

SÔBRE

REESTRUTURAÇÃO DO M E B

Aos Senhores Bispos do CDN:

Conforme as decisões do CDN do Meb, reunido nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 1966, no Rio de Janeiro, foi realizado um Encontro de Coordenadores no período entre 18 de outubro e 1º de novembro.

O Encontro de Coordenadores tinha como objetivo o estudo do documento sobre reestruturação, análise da situação atual dos trabalhos do Meb e levantamento de dados essenciais ao plano de trabalho do Meb para 1967, considerando as possibilidades de obtenção de verbas, conforme entendimentos havidos entre o CDN do Meb e o Ministério de Educação.

De acôrdo com as mesmas decisões do CDN, estiveram presentes ao Encontro, na parte que se destinava ao estudo do Documento, D. Padim e Mons. Tapajóz. Seguindo as orientações do CDN, os coordenadores do Meb foram convocados para essa reunião, conforme Circular nº 16/66, sem conhecimento prévio do conteúdo do Documento, dado que se considerou necessária uma exposição de viva voz, para a sua melhor compreensão.

Preliminarmente se haviam destinado os dias 24, 25 e 26 para este trabalho. Entretanto, houve necessidade de se alongar os estudos, que permaneceram em pauta ainda nos dias 27, 28, 29, 30 e 31 de outubro, e ainda 1º de novembro, num total de 8 dias em que se debateu, exclusivamente, o que se referia à reestruturação do Meb. D. Padim e Mons. Tapajóz estiveram presentes nos três primeiros dias.

Seguem-se títulos dos itens das considerações feitas pelos coordenadores ao Documento apresentado pelo CDN na seguinte ordem:

1. Enfoque global da análise do Documento.
2. Fundamentação para os pontos que se oferecem ao exame do CDN.
3. Sugestões do Encontro de Coordenadores sobre reestruturação do Meb.
4. Notas sobre atuação do Meb quanto à Pre-Evangelização e Catequese.

1. Enfoque global da análise do Documento

A preocupação básica de tôdas as discussões dos coordenadores foi a eficácia do trabalho educacional, desenvolvido em equipe junto às comunidades e, a possibilidade de chegar a uma reestruturação que torne mais profunda e eficiente a ação do Meb.

Nêste sentido, a corresponsabilidade e a descentralização serão válidas na medida em que concorrerem para uma melhor consecução dos objetivos do Meb, e que o relacionamento entre hierarquia e laicato encontrar nêsse enfoque melhor complementaridade.

2. Fundamentação para os pontos que se oferecem ao exame do CDN

a) quanto à catequese e evangelização

É um problema que o Meb como um todo sempre teve presente, e que, já em 1964, foi assim expresso no documento que o CDN aprovou junto com as Normas e Diretrizes: "A inspiração do Meb é inegavelmente cristã e numa atitude cristã, pretende que os homens cheguem a uma fé adulta, assumida livre e conscientemente."

Os coordenadores consideram porém, que o tipo de comunicação da mensagem tal como é feita pelo Meb, não tem por objetivo imediato acompanhar a vida sacramental do povo. É fato, também, que muitas dioceses não contam com quadros adequados para catequese. Assim o estudo do Documento proposto, leva a sugerir que: "A atividade explícita de catequese, não seria realizada pelo Meb, mas por grupos especificamente destinados a isso. O Meb, no entanto, se proporia a colaborar na capacitação dêsses grupos específicos, comunicando-lhes técnicas de trabalhos com grupos. Assim, através de uma atividade que lhe é própria - a capacitação de pessoal - o Meb estaria colaborando com o Plano de Pastoral de Conjunto da Diocese.

Sobre êste assunto, há na última parte dêste documento, um estudo que exemplifica como as equipes do Meb atuam na comunicação da mensagem.

b) quanto à corresponsabilidade

Quanto ao capítulo A, do documento proposto, a primeira dificuldade para aplicação das linhas gerais surge na frase onde se lê:

"com capacitação específica para consecução dos seus objetivos". Daqui se podem originar dois problemas:

a) quem decidiria se alguém, ou seja, um bispo ou seu representante, está ou não capacitado especificamente para a consecução dos objetivos do Meb?

b) não se correria o risco de, na prática, eliminar a quase totalidade da hierarquia de uma participação nas atividades do Meb, por não poderem os Senhores Bispos e, em alguns casos, seus representantes, disporem normalmente de tempo para uma capacitação específica?

Por outro lado, pela experiência acumulada nêstes quase seis anos de trabalho, verifica-se que, na prática, a presença de bispos e leigos em uma mesma equipe diocesana, levaria a uma situação artificial, já que de fato, a missão do Bispo o diferencia automaticamente do laicato. Não parece normal que se qualifique o Bispo diocesano como "membro" da equipe do Meb. A corresponsabilidade de Hierarquia e laicato na execução dos trabalhos do Meb, seria viável na medida em que distinguem os diversos níveis, e contribuem para a eficácia do trabalho. Assim os coordenadores propõem diferentes tipos de exercício da corresponsabilidade, em função dos diversos níveis que a estrutura do Meb comportasse, visando sua melhor funcionalidade. No nível nacional, a Assembléia e o Conselho Diretor Nacional: os membros da hierarquia teriam participação direta, integrando tanto a Assembléia quanto o CDN. Os dois órgãos deliberativos do Meb assumiriam a responsabilidade plena pelo conjunto do trabalho e a representação jurídica oficial, junto a outras entidades públicas e privadas.

No nível local, a corresponsabilidade seria exercida de modo a não exigir que o Bispo local se obrigue a "funcionar pessoalmente", ou se faça "representar por outrem que tenha mais conhecimento da especialização ou tenha maior possibilidade de dedicação". (conf. alínea d). Assim os coordenadores propõem que a mesma seja exercida "através de Encontros e reuniões sistemáticas, em diálogo entre

o Bispo diocesano ou seu representante, e a equipe local, para que haja troca de informações, conhecimento mútuo e assessoria doutrinária". (conf. proposta dos coordenadores).

Pela representação na Assembléia Nacional e no CDN, e regularidade de encontros nos níveis locais, a corresponsabilidade terá melhores possibilidades de responder à situações concretas que a realização do trabalho exige de uns e de outros.

Nas sugestões feitas pelos coordenadores encontram-se explicações mais detalhadas sôbre a forma de aplicação prática dessa corresponsabilidade.

c) quanto à descentralização

É compreendida essencialmente como a participação real das bases nos órgãos deliberativos nacionais e supremos do Meb. O Meb se considera "movimento nacional", não porque esteja presente em muitas áreas do país, mas porque tem a perspectiva dos problemas nacionais no seu trabalho educativo. Essa perspectiva se traduz por tornar consciente a problemática nacional de educação, e a necessidade da participação do povo na elaboração da sua própria História. Esta mesma idéia foi expressa no documento "MEB, sua origem, sua ação, seu conteúdo" (conf. pag. 9).

A descentralização dará maior eficácia ao trabalho, na medida em que possibilitar de fato às bases, - equipes e Bispos diocesanos - um melhor mecanismo de participação na elaboração dos planos de ação, inclusive os de "elaboração e aprovação de diretrizes fundamentais e de planos nacionais de trabalho e orçamentos anuais" (conf. sugestões dos coordenadores).

A descentralização só pode ser compreendida enquanto participação pessoal do maior número possível, e não como ação descoordenada de um grande número de pessoas. Assim, seria eliminado o risco de trabalhos educativos que, realizados separadamente, e sem unidade, deixariam de alcançar a eficácia que é desejada por todos.

d) quanto à Equipe Nacional

Todos os debates realizados sôbre a situação atual do Meb, e sôbre reestruturação, levam a concluir pela necessidade de manutenção da equipe nacional com suas atuais características, tendo em vista a necessidade de manter a unidade nacional do trabalho e assegurar a constante capacitação das equipes estaduais e locais. A totalidade das equipes solicita condições para uma assessoria muito mais constante por parte do Nacional.

O trabalho que a equipe nacional tem exercido junto aos Sistemas Estaduais e Locais, é um trabalho de equipe, refletindo com as equipes locais em conjunto, os métodos de trabalho e as diversas atividades que as próprias equipes locais desenvolvem. Assim a equipe nacional não leva uma norma pré-concebida, inutável de ação, mas cresce e se desenvolve pela reflexão junto com as equipes.

Os coordenadores entendem que os métodos de trabalho com as comunidades que se mostraram mais eficazes, foram aqueles que os levaram a treinar líderes das comunidades no próprio local onde vivem, e não individualmente e separados do seu contexto natural. Assim a assessoria do Nacional deve ser mantida através dos contatos que êste faz com a equipe local tôda, nos locais de trabalho, e não apenas com um ou outro de seus elementos fora dêsse ambiente. Da mesma forma, como na comunidade rural, o desenvolvimento só é alcançado com bom resultado quando a participação é de todos, também nas equipes locais do Meb, a eficiência do trabalho só se alcança quando tôda a equipe participa com o Nacional dos treinamentos, dias de estudos, encontros, reuniões, supervisões, revisões, etc...

É por êste meio que o Nacional conhece a realidade local dos Sistemas e de cada área de trabalho, e aperfeiçoa sua capacitação para servir a cada equipe local, respeitando a grande diversidade de gráus e qualidade de trabalho, que nunca poderá ser uniforme.

Os coordenadores insistiram em que é exatamente êste tipo de trabalho, que evita a implantação, no Meb, de um trabalho burocrático e lento, sem funcionalidade.

A par dessas considerações, os coordenadores fizeram notar que em muitas áreas se torna conveniente e mesmo necessário, que elementos

de equipes da região, com capacitação para a atividade prevista, se integrem na Equipe de treinamento do Nacional, naquela determinada área. É fato que há equipes que não possuem ainda condições de treinar outras equipes, ou de oferecer elementos capazes para integrar equipes de treinamento. Ficou ressaltado, entretanto, que isso é prática que o Nacional utiliza há tempos, sempre apoiado em elementos de equipes locais ou estaduais, quando é possível e necessário.

SUGESTÕES DOS COORDENADORES PARA A REESTRUTURAÇÃO DO MEB

A reestruturação interna do MEB obedeceria às seguintes linhas:

1. Em normas e diretrizes, propõe-se a substituição do item Fins secundários do MEB, alínea b, onde se diz catequese e formação religiosa, - por PRE-EVANGELIZAÇÃO assim compreendida como uma preparação implícita nas atividades do MEB, que possibilite ao homem as condições básicas - para conhecimento e vivência compatíveis com a sua condição de filho de Deus.

A atividade explícita de catequese, não seria realizada pelo MEB, mas por grupos especificamente destinados a isso.

O MEB, no entanto, se proporia a colaborar na capacitação desses grupos específicos. Assim, com uma atividade que lhe é própria - a capacitação de pessoal - o MEB estaria colaborando com o Plano de Pastoral de Conjunto da Diocese.

2. No que respeita à organização propriamente dita, afirmar-se-ia duas características:

A. a da CORRESPONSABILIDADE

o MEB se declararia Movimento de Igreja a ser exercido correspon

sãvelmente por elementos do povo de Deus - hierarquia e laicato - com capacitação específica para consecução de seus objetivos.

a) Nos diversos órgãos constitutivos do Meb, poderiam ter assento tanto membros da hierarquia como membros do laicato. Individualmente, ninguém integraria qualquer dos órgãos constitutivos do Meb pelo simples fato de ser bispo ou leigo.

A condição básica para alguém pertencer a algum órgão constitutivo do Meb não seria a característica hierárquica ou laical, mas a da capacitação específica para os objetivos que se visam.

Entende-se por capacitação específica para integrar a equipe do Meb: entender de Educação de Base, ser treinado, participar de todas as atividades da equipe, estar sujeito a todos os direitos e deveres trabalhistas.

b) Entretanto, funcionando o Meb numa linha de corresponsabilidade não apenas entre pessoas competentes, mas entre hierarquia e laicato, é essencial que no seu órgão Assembléia Nacional, estejam representados hierarquia e laicato, de modo que este órgão não seria apenas hierárquico nem apenas leigo. Quanto à maneira de se chegar às deliberações, não deveria ser nem na base da autoridade, nem na base de uma constante votação quantitativa, mas na base do amadurecimento, respeitadas, evidentemente, as competências específicas de cada um em seu setor.

c) Segue-se que numa linha de corresponsabilidade em área diocesana, se estabelecerá, através de encontros e reuniões sistemáticas, uma forma de diálogo entre o bispo diocesano ou seu representante e a equipe local, para que haja troca de informações, conhecimento mútuo e assessoria doutrinária.

Ainda numa linha de corresponsabilidade, é óbvio que, ao aceitar o Meb, tanto o Bispo quanto os elementos que integrarão a equipe, devem, antecipadamente, conhecer e aceitar as diretrizes, os planos e as estruturas do Meb.

De notar-se ainda, que, num plano de deliberação, o Bispo diocesano estará presente pessoalmente no órgão deliberativo nacional, através do Bispo que o representa em nível regional.

B. a da DESCENTRALIZAÇÃO

Que não deve ser confundida com uma fragmentação. Importa que o Meb, salvaguardando a unidade essencial, mantenha seu caráter nacional e continue cada vez mais respeitando e promovendo a legítima liberdade de ação dos Sistemas.

De notar-se, portanto, que uma descentralização que não implique em fragmentação exige uma representatividade efetiva e cada vez mais intensa de todos os órgãos constitutivos do Meb (equipes locais, estaduais, nacional e CDN) no órgão deliberativo Nacional. Isso significa que os órgãos constitutivos de base estarão presentes nas deliberações de ordem administrativa, técnica e doutrinária, o que unificaria as decisões, possibilitando, além de maior representatividade, medidas mais objetivas e autênticas, desde que tomadas com a contribuição de todos os responsáveis pelo Movimento nos vários níveis, desde o órgão deliberativo nacional até os órgãos de base.

a) Assim, poder-se-ia prever como órgão supremo do Meb uma Assembléia Nacional, que seria responsável pela elaboração e aprovação de diretrizes fundamentais e de planos nacionais de trabalhos e orçamentos anuais, de modo a fixar e aplicar o que deve ser tido como básico e essencial em todas as áreas de Meb, seja no que se refere ao terreno da filosofia ou do pensamento, seja no que se refere aos métodos específicos de educação, seja no que respeita a estruturação funcional do Movimento.

b) A constituição desta Assembléia Nacional, deveria ser baseada numa representação conveniente da hierarquia e laicato em proporção a ser estudada, de modo que sendo realmente representativa das bases, não deixasse de ser funcional. A corresponsabilidade entre hierarquia e laicato funcionaria também nesta Assembléia; a escolha dos representantes da equipe para a Assembléia seria feita pela equipe e referendada pelo bispo, e a escolha do representante da hierarquia seria feita em cada regional entre os bispos das dioceses onde existe Meb.

A Assembléia Nacional seria presidida por um Conselho Diretor Nacional (CDN) constituído obrigatoriamente de bispos e leigos, membros da Assembléia, eleitos pela mesma. Teria atribuições espe-

cíficas a serem fixadas, além dos poderes para decidir assuntos que não ficassem reservados ao plenário. Os membros do CDN deverão entender de educação de base, ser em número reduzido para facilitar o andamento e as exigências do trabalho. Assim, a composição do CDN seria baseada na paridade numérica entre hierarquia e laicato.

c) Os bispos que integrassem a Assembléia Nacional do Meb, constituiriam um Conselho Episcopal com a missão exclusiva de entendimentos fraternos com os bispos diocesanos, para atender a assuntos de seu próprio "munus episcopal" no que se refere ao Meb.

d) Para atender às exigências metodológicas do processo educativo, os coordenadores dos Sistemas realizariam Encontros Nacionais. Também seriam realizados sempre que necessário, encontros nacionais de setores específicos, como por exemplo: setor de metodologia, setor de controle e avaliação, etc.

e) Para o fiel cumprimento das determinações da Assembléia Nacional, existiria uma equipe Nacional, responsável pela aplicação do Projeto Nacional, pela manutenção de um serviço permanente de capacitação e seleção de pessoal, pela supervisão e coordenação dos trabalhos técnicos e administrativos, de forma a assegurar a permanente comunicação entre todas as unidades de trabalho do Meb, a partir das próprias comunidades que são a fonte de enriquecimento permanente e dinâmico que é a essência da pedagogia do Meb.

A Equipe Nacional caberia assegurar a existência de condições administrativas exigidas pelas características dinâmicas da ação educativa do Meb. As pessoas que integrariam esta equipe deveriam ter a necessária capacitação. Quanto à escolha dos coordenadores nacionais, seria feito pela própria equipe e aprovado pela Assembléia Nacional.

f) As coordenações estaduais e locais seriam constituídas pelas respectivas equipes de comum acordo entre os bispos responsáveis (a ser resolvido entre eles) e o Nacional, com um número de elementos conforme as exigências de trabalho sendo que as coordenações seriam por tempo determinado. As equipes locais seriam escolhidas pelas equipes de treinamento referendadas pelo bispo. As equipes estaduais seriam constituídas à partir das exigências locais, referendadas pelos bispos onde funciona o Meb. Fica a cargo dos bispos escolher quem deverá acompanhar a Equipe Estadual.

M E B E CATEQUESE

Verifica-se que a utilização do termo CATEQUESE nas atuais NORMAS E DIRETRIZES, em seus FINS SECUNDÁRIOS, é geradora de equívocos e atritos dentro do MOVIMENTO.

Por um lado, não satisfaz às equipes porque as mesmas não identificam com esse termo o trabalho que realizam. Por outro lado, alguns bispos diocesanos, ao lerem que CATEQUESE é um dos fins secundários do Meb, esperam das equipes um tipo de ensino de catecismo que esteja de acordo com os moldes tradicionais.

Existe, portanto, um problema que precisa ser examinado a partir da simples interpretação de termos e que chegue à melhor escolha de termos para definir a ação que o Meb de fato realiza neste terreno.

De um modo geral, as equipes dão ao termo CATEQUESE a definição mais formal, em seu sentido mais estrito de transmissão da Palavra após a conversão. CATEQUESE entendida, assim, em um de seus sentidos, o de CATEQUESE FUNDAMENTAL a ser transmitida a crianças batizadas e a adultos catecúmenos - conjunto de conhecimentos que só é recebido se for acolhido pela fé. Mesmo em seu sentido mais amplo, porém a CATEQUESE se propõe a transmitir um ensino doutrinal a quem o quer receber.

No termo EVANGELIZAÇÃO, de acordo com a acepção mais moderna da palavra, encontraríamos o "germe que a catequese desenvolverá, constituindo-se em anúncio missionário, dirigindo-se a cristãos e não cristãos ("Introdução à Catequética, publicação do ISPAC, editada pela Editora Vozes). É de reconhecer, porém, que mesmo o termo Evangelização, para as equipes e para o meio onde atuam, ainda é ambíguo e sujeito a muitas interpretações e definições, dando-o, muitas vezes como sinônimo de CATEQUESE.

Tornam-se oportunas, portanto, algumas considerações sobre este assunto de primordial importância para todos os interessados, tendo em vista a necessidade de se chegar a uma solução adequada.

Em sua ação, o Meb tem presente que a maioria esmagadora da população brasileira, especialmente nas áreas rurais, é reconhecidamente católica. Pesquisas realizadas por diversas instituições, e, também, o contato do Meb com essa realidade levam, porém, à constatação de que nem sempre êsses católicos conhecem a Doutrina Católica em sua totalidade, muito menos no que lhe é essencial.

A visão deformada, ou incompleta, da Doutrina leva às conhecidas situações de superstição, de sincretismo e até a aberrações, como seja, a identificação da religião com as estruturas sociais injustas. Esta constatação, do baixo nível de conhecimento doutrinário, não leva o Meb a considerar estas populações como não-católicas, mas obriga-o a agir dentro de uma pedagogia que permita a êsse homem rural chegar a uma Fé adulta, assumida livre e conscientemente. E esta pedagogia, em seu respeito pelas etapas - para permitir que o educando chegue a uma visão clara da Mensagem - é essencialmente cristã.

Esta linha de profundo respeito pelos passos intermediários leva as equipes do Meb a considerar que se situam numa faixa que se poderia chamar de PRÉ-EVANGELIZAÇÃO, para utilizar um termo mais preciso, e por falta de outro melhor, para definir seu esforço de respeitar o diálogo e, portanto, os seus passos intermediários, antes de chegar ao fim último - o reconhecimento pleno de Deus e da Igreja.

Neste respeito aos passos intermediários, o Papa Paulo VI, em sua Encíclica "Ecclesiam Suam", ressalta que: "O diálogo da salvação conheceu ordinariamente graus, progressos sucessivos, humildes princípios, antes do resultado pleno. Também o nosso atenderá às lentidões da maturação psicológica e histórica e esperará a hora da eficácia que lhe vem de Deus. Mas, nem por isso, o nosso diálogo deixará para amanhã o que pode conseguir hoje; deve ter a preocupação da hora oportuna e o sentido do valor do tempo. Deve recomeçar cada dia; e recomeçar do nosso lado, não do outro a que se dirige."

Na zona rural brasileira encontramos êsses graus a que se refere Paulo VI. Encontra-se aí o homem analfabeto que se fecha num conformismo defensivo que o impede de captar a realidade do mundo que o rodeia, reduzido à apatia.

Outro tipo, é o homem caracterizado pela acomodação, pelas atitudes passivas, certo de que vive para depender dos outros, que não

acredita em sua própria capacidade; é descrente de qualquer solução e atribui à sina, ao destino, a Deus, tudo o que acontece e tudo o que desconhece.

Nestes dois tipos de homem são comuns as expressões do tipo: "é preciso conformar com a sorte"; "quem nasce para morrer, tem mesmo que viver sofrendo"; "criança é bichinho bonito, mas morre tanto...";

"O pobre do analfabeto
é igual espelho sem luz.
Ele segue seu destino
carregando sua cruz,
numa vida amargurada
como foi a de Jesus".

Ainda em um outro grau, o homem rural se caracteriza por maior capacidade e clareza de percepção, está menos acomodado, sente uma certa capacidade de mudança; deixando de dar soluções mágicas, transfere a responsabilidade dos seus problemas para o Governo. É de notar que, neste grau, o seu tipo de religiosidade é menos mítico, mais crítico.

Sabemos todos que, para ser válida, a educação tem que situar o homem dentro de um contexto histórico específico. O Meb, assim, tem que dialogar com esse homem rural no grau em que ele se encontra.

Se educar significa formar o homem, e se formar o homem significa dar-lhe condições para que se realize em sua natureza humana, levá-lo a tomar consciência daquilo que é intrínseco à sua pessoa, então estes princípios fundamentais da educação têm que ser aplicados, por maior razão, na sua educação de relação com o sobrenatural e na projeção dessa relação com o espiritual na sua comunicação com os outros homens.

Para pôr em prática estes princípios, o Meb tem ainda, que levar em conta que o educando vive uma realidade, mas não sabe refletir sobre ela e compreendê-la. O Meb tem, então, que estimular a capacidade de compreensão crítica e o poder de criação desse homem rural. Consequentemente, os exercícios, os estudos, se fazem em torno de situações concretas e reais. Só a partir da reflexão das

situações concretas é que se leva o educando a uma identificação com as mesmas, e à motivação de atitudes, tendo em vista uma mudança do estado de apatia e passividade, a um estado mental capaz de um agir consciente, mesmo em matéria religiosa.

O treinamento mental é, então, um meio de se conseguir chegar a uma reflexão metódica. Toma a forma de um treinamento e procura desenvolver "atitudes ativas" que permitam ao mesmo tempo, adaptar-se às situações novas e transformá-las. Este treino é progressivo e parte da simples operação mental que é a enumeração de um fato ou situação real, até às causas e princípios que regem o acontecimento desse fato, e a maneira de se conseguir uma mudança da situação geral que produz o fato.

O ponto pacífico é que este processo promove o auto-desenvolvimento, estimulado por fatores externos, que leva o educando a uma integração na cultura, cultura esta que é dinâmica como o próprio indivíduo o é.

Se o Meb recorre a métodos como treinamentos, sóciodramas, assembleias, grupos de estudos, aulas globalizadas, é com o intuito de desenvolver estas capacidades inerentes a todos os homens, mas nem sempre plenamente desenvolvidas.

Pelas emissões através do rádio, nas aulas globalizadas, a alfabetização mesma deve levar o homem a desenvolver seu raciocínio, a refletir e a uma atitude de mudança das situações que o aviltam. Deve, então, a aula, estar ligada a fatos da vida do aluno. Assim, não se isolam alguns minutos específicos para as matérias: aritmética, conhecimentos gerais, religião, etc., mas os assuntos são apresentados dentro de um todo, em uma globalidade. O que é ensinado é então, aferido através de testes escritos, ou visitas de supervisão, e debates, que indicam o grau de auto-desenvolvimento do educando.

É através do auto-desenvolvimento que o homem reestrutura sua personalidade desintegrada de homem marginalizado pela sociedade. E a recuperação do homem marginalizado é pressuposto necessário à catequese.

Na medida em que o educando toma conhecimento de sua condição de pessoa humana feita à imagem e semelhança de Deus, e a quem Deus confiou a missão de dominar a natureza através do trabalho, junto com os outros homens, o educando se encaminha para uma transformação

de mentalidade. Esta mudança de mentalidade o leva a encontrar "o outro" e a ter uma visão do significado do esforço em comum, o respeito pelo outro, que leva a formas de convivência social baseadas no respeito pela pessoa humana, abrindo caminho para uma organização social mais justa, e, portanto, mais cristã.

Além do mais, na prática, o Meb, em seu trabalho, encontra e estimula grupos que estão desejosos de dar uma maior contribuição para a vida religiosa da comunidade, como é o caso de ajuda na construção de capelas, conservação e limpeza de igrejas. Há, com frequência, pedidos de ainda maiores esclarecimentos sobre Doutrina, e especialmente no que diz respeito à explicitação da concepção do que seja o homem, meios para sua realização, conveniência entre os homens. Estes temas, que são desenvolvidos em todos os programas do Meb, são, então, ainda mais aprofundados.

Na medida em que os educandos começam a fazer distinção entre o que é superstição, magia, sincretismo, e o que é a essência da mensagem cristã, começam a viver uma Fé mais consciente e mais adulta que os capacitará a um aproveitamento muito maior de qualquer esforço catequético, e à uma vida sacramental mais intensa e vivenciada.

O Meb se sente capacitado através de suas equipes locais ou estaduais, a assessorar, quanto à métodos e técnicas pedagógicas, os grupos que nas paróquias ou em nível diocesano se dedicam ou vierem a se dedicar a atividade catequética. As equipes do Meb, porém, não se sentem habilitadas a substituir êsses grupos, assumindo a tarefa catequética, uma especialização que foge às suas atribuições.

As equipes do Meb, através de seus coordenadores reunidos no Encontro realizado em outubro de 1966, sugerem por êstes motivos, ao CDN, que o termo CATEQUESE, utilizado nas atuais NORMAS e DIRETRIZES, em seus FINS SECUNDÁRIOS, seja substituído pela expressão: PRÉ-EVANGELIZAÇÃO.

* * *